

**ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PARA A
MICRORREGIÃO CENTRO-OESTE DO ESPÍRITO SANTO**

***ELEMENTS FOR THE CONSTRUCTION OF A SUSTAINABLE
TERRITORIAL DEVELOPMENT MODEL FOR CENTRO-OESTE
MICROREGION OF THE ESPÍRITO SANTO STATE***

¹Érika de Andrade Silva Leal*

²Josiane Brunetti Cani

³Leandro Souza Lino

¹Instituto Federal do Espírito Santo – IFES/CAMPUS CARIACICA. E-mail: professoraerikaleal@gmail.com.

²Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: josicani@ifes.edu.br.

³Unicape/Faesa. E-mail: lsllino@gmail.com.

*Autor de correspondência

Artigo submetido em 13/05/2021, aceito em 25/08/2021 e publicado em 02/09/2021.

Resumo: Este artigo objetiva debater as questões conceituais concernentes aos temas desenvolvimento, sustentabilidade e território na perspectiva do Projeto de Pesquisa “Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)” - Arranjo 3 – Microrregiões Rio Doce e Centro-Oeste-, proposto pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A estratégia metodológica deste artigo é uma discussão teórica a partir das contribuições de um conjunto de autores que tratam da temática abordada e documentos oficiais produzidos no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU). O artigo apresenta uma proposta preliminar de Modelo de Desenvolvimento Territorial centrado na valorização do potencial endógeno das regiões e nas reduções das desigualdades sociais e da degradação do meio ambiente, como condições necessárias para a preservação das condições dignas de vida.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Sustentabilidade; Território.

Abstract: This article aims to debate the conceptual issues concerning the themes of development, sustainability and territory from the perspective of the Research Project “Sustainable Regional Development (SRD)” - Arrangement 3 - Rio Doce and Midwest Microregions, proposed by the Government of the Espírito Santo State, through the Jones dos Santos Neves Institute (IJSN), in partnership with the Federal Institute of Espírito Santo (Ifes) and the Federal University of Espírito Santo (Ufes). The methodological strategy of this article is a theoretical discussion based on the contributions of a group of authors who deal with the addressed theme and on the official documents produced within the scope of the United Nations (UN) organizations. The article presents an initial proposal for a Territorial Development Model centered on valorization of the endogenous potential of the regions and in the reduction of social inequalities and degradation of the environment, as necessary conditions for the preservation of dignified living conditions.

Keywords: Development; Sustainable; Territory.

1 INTRODUÇÃO

Desde o século XVII, os Estados-Nação começaram a substituir os antigos impérios e a concorrência econômica se evidenciava cada vez mais entre os povos. No entanto, somente após a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente a partir da década de 1950, ficou patente para todos que o mundo se dividia entre os países desenvolvidos, isto é, os industrializados e os países pobres, reconhecidos como primário-exportadores. O desenvolvimento se tornou, então, o grande objetivo de todos os povos (BRESSER PEREIRA, 2017).

Na Organização das Nações Unidas (ONU), o debate a respeito do subdesenvolvimento dos países periféricos deu origem à criação, em 1948, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões daquela Organização. Tal comissão tinha como objetivo garantir a inserção dos países periféricos da América e Caribe por meio da cooperação e do desenvolvimento tecnológico e industrial, fazendo com que eles se tornassem potências emergentes.

Em 1949, Celso Furtado passou a integrar a equipe da CEPAL, tendo seus trabalhos influenciado sobremaneira o desenvolvimento do Brasil. Silva (2011) demonstra, por meio de exemplos, como a obra de Furtado, intitulada “Formação Econômica do Brasil” (1959), analisa as questões do desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países periféricos, especialmente o Brasil, privilegiando os aspectos históricos. A própria definição de desenvolvimento, sobretudo de subdesenvolvimento, não é a-histórica.

No Prefácio à Edição Italiana de Formação Econômica do Brasil, o historiador Ruggiero Romano destacou que o subdesenvolvimento na obra de Furtado

não é um estágio, mas uma especificidade histórica que não pode encontrar um modelo de

transformação no desenvolvimento europeu, porque este também é histórico, particular e único em suas conjunturas e possibilidades (SILVA, 2011, p. 447).

Outra contribuição de Furtado, juntamente com Raúl Prebisch, que por sua vez acabou influenciando os teóricos desenvolvimentistas até hoje, diz respeito ao fato de que Furtado entendia o “desenvolvimento como industrialização ou “transformação estrutural”, processo que capacita produzir bens com valor adicionado cada vez maior” (BRESSER PEREIRA, 2017). Essa visão influenciou as políticas públicas no Brasil no pós-guerra, com o desenvolvimento brasileiro alicerçado sobre o processo de substituição de importações que vigorou no país até o final dos anos 1970 e é amplamente discutido em autores clássicos como Tavares (1972).

Mais recentemente, com as drásticas e rápidas mudanças ocorridas no mundo em termos de mudança climática, tensões políticas e degradação do meio ambiente, o debate tem sido estimulante. Há uma convergência em diversos autores a retomarem as questões do desenvolvimento que evidenciem a interligação entre a economia e a ética (SACHS, 2008, 2009; SEN, 2010; BANERJEE; DUFLO, 2011). Amartya Sen (1992) lembrou que, desde os tempos de Aristóteles, não é possível dissociar o estudo da economia com a ética e a filosofia política. Nesse sentido, duas questões essenciais estão associadas: i) motivação humana; e ii) avaliação do que é desejável socialmente, isto é, avaliação das conquistas sociais.

O problema da motivação humana relaciona-se à questão ética geral “como deveríamos viver?”. A segunda questão refere-se à avaliação do que é desejável socialmente. Sen (1990, p. 3, apud SACHS, 2008) afirma que Aristóteles associou isso à conquista do “bem para o

“homem” e que essa reflexão seja feita de forma mais ampla, isto é, “é melhor e mais próximo dos deuses atingi-la para uma nação ou para cidades – Estado” [...]. Esse ponto é importante no contexto da economia moderna, especialmente no contexto da economia do bem-estar” (SEN, 1992, p. 104).

Segundo Sachs (1986, p.18), o desenvolvimento sustentável “tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas”, isto é, fomentar um processo de desenvolvimento com resoluções específicas para cada território, considerando os aspectos culturais e ecológicos.

Assim, os objetivos do desenvolvimento vão além da multiplicação da riqueza material, pois o crescimento, embora necessário, não é suficiente para se alcançar uma meta para uma vida melhor (SACHS, 2008). A busca por uma vida mais feliz e completa para todos certamente não será alcançada apenas com o objetivo de maximização do Produto Interno Bruto (PIB), que recorrentemente é o índice padrão de desempenho econômico. Stiglitz (2019) mostrou que até a crise de 2008, o PIB vinha crescendo continuamente. A crise supostamente ficou para trás e “nos primeiros três anos da suposta recuperação cerca de 91% dos ganhos foi para o 1% mais rico”, como mostrou o referido autor (STIGLITZ, 2019, p.1).

A experiência tem mostrado que o crescimento acelerado não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, não reduz as desigualdades, não enfrenta a redução da pobreza e a degradação dos recursos naturais, (STIGLITZ, 2019). Nesse contexto, desenhar e executar políticas que levem à prosperidade e à melhoria nas condições de vida das pessoas despertam o interesse de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. Assim, surgiram inúmeros Planos de Desenvolvimento, em distintos

níveis e momentos, com o objetivo de compreender as realidades locais e apresentar propostas voltadas ao progresso das regiões.

No Brasil, em maio de 2019, foi aprovado o Decreto nº 9.810, para instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujos objetivos são reduzir as desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, mediante a criação de oportunidades que resultem em crescimento, geração de renda e melhoria na qualidade de vida das pessoas. Uma das estratégias para a execução do PNDR é a estruturação do sistema de governança do desenvolvimento regional para assegurar a articulação setorial das ações do Governo Federal, a cooperação federativa e a participação social (BRASIL, 2019).

Com a visão de que ações de planejamento devem ser voltadas para a valorização do potencial endógeno das regiões e que a redução das desigualdades passa pela valorização da diversidade regional e pela busca da aproximação com o território no qual se encontra inserido, o Governo do Estado do Espírito Santo tem como uma das propostas prioritárias a promoção do desenvolvimento regional mais equilibrado. Nesse sentido, elaborou um Acordo de Cooperação Técnica com diversas instituições objetivando promover o desenvolvimento de forma mais equitativa e distribuir os benefícios gerados por todo o território (PLANO DE TRABALHO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 01/2020, p. 1).

Partindo da consideração de que a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) já possui seu Plano e Desenvolvimento, o Governo do Estado do Espírito Santo firmou um Convênio de Cooperação Técnica com o Ifes e a Ufes para elaborar um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para as 9 microrregiões do interior do estado do Espírito Santo. Essas 09 microrregiões foram divididas no que se

convencionou chamar de “Arranjo”. Um Arranjo é o conjunto de 2 ou 3 microrregiões. Este artigo refere-se aos fundamentos teóricos do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a microrregião centro-oeste do Espírito Santo que está inserida no Arranjo 3 – microrregiões rio doce e centro-oeste.

Nesse cenário, objetiva-se, com este trabalho, debater as questões conceituais concernentes aos temas Desenvolvimento, Sustentabilidade e Território, na perspectiva do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) – Arranjo 3 – microrregião centro-oeste que é composta por 10 municípios: Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Colatina, Governador Lindenberg, Marilândia, Pancas, São Domingos do Norte, São Gabriel da Palha, São Roque do Canaã e Vila Valério.

Para isso, este artigo possui em seu referencial teórico, (1) os conceitos de Desenvolvimento e Sustentabilidade ao longo dos anos até o Relatório de Brundtland, documento da ONU que discute necessidades humanas e crescimento econômico dos países, recursos ambientais e poluição, pobreza, energia, dentre outros; e (2) o conceito de território. Além disso, por meio de uma abordagem qualitativa, é desenvolvida uma proposta de construção de Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT) para o DRS.

2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Ao longo da história da humanidade, pensar em desenvolvimento era estabelecer uma relação entre a expansão de forma capitalista de produção e suas consequências em termos de progresso e acumulação de riquezas (RODRIGUES, SANTOS, 2017). Esse projeto de desenvolvimento, baseado em uma visão puramente economicista, trouxe o desmatamento, o aquecimento global, a

poluição e a exaustão dos recursos na natureza.

Hoje, uma das principais questões em relação ao desenvolvimento está associada à sustentabilidade, sobretudo “com a melhora da qualidade da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos (SEN, 1992, p. 29). Nesse sentido, concepções oportunas sobre desenvolvimento ultrapassam a visão meramente econômica e consideram os aspectos sustentáveis, para o desenvolvimento do território, como será discutido a seguir.

2.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O filósofo alemão contemporâneo Hans Jonas apresenta o princípio da responsabilidade mediante os avanços das tecnologias. Segundo o autor, o progresso desenfreado da ciência e da tecnologia transformou a humanidade em uma espécie de “Prometeu definitivamente desacorrentado” (JONAS, 2006, p. 21), fazendo menção ao mito de Prometeu, que, liberto do castigo ordenado por Zeus por roubar o fogo sagrado, age como dominador na natureza de forma violenta e avassaladora. Essa metáfora pode ser aplicada à enorme capacidade de intervenção do homem sobre o meio ambiente em detrimento de regras e controle sobre o espaço natural. A ciência e a tecnologia parecem ter dado à razão um poder incomensurável, porém de profundo “vazio ético”, conforme apontam Mancini, Aimone e Catalani (2000).

Inquestionavelmente, a degradação do meio ambiente exemplifica o uso da tecnologia e da ciência para o desenvolvimento econômico nem sempre considerando seu uso compatível com a manutenção para futuras gerações. Weiss (2007), em “A teoria da equidade intergeracional”, preconiza, em síntese, que as gerações humanas, independentemente de sua época, possuem

direitos iguais ao meio ambiente, razão pela qual as gerações presentes devem conservá-lo para repassarem em iguais condições de seu recebimento.

Os princípios básicos que fundamentam a teoria de Weiss (2007) observam que os seres humanos devem ser obrigados a respeitar dois deveres equitativos na administração da terra: o primeiro, chamado de “conservação de opções”, que significa conservar a diversidade da base de recursos naturais, de modo que a geração atual não restrinja, indevidamente, as opções disponíveis para as gerações futuras em resolver seus problemas e satisfazer seus próprios valores; e o segundo, denominado “conservação de qualidade”, significa que os usuários do planeta devem repassá-lo para a próxima geração sem nenhuma condição pior do que ele recebeu. Esses princípios restringem as ações dos administradores, desencorajando qualquer ação que possa extrair ou usar qualquer recurso natural que não seja economicamente eficiente. Essas ações preveem equidade razoável entre as gerações, garantindo a sustentabilidade em um ambiente natural, razoavelmente decente, para que cada geração prossiga com seus objetivos de acordo com seus próprios valores.

Essa teoria encontra-se no cerne da noção de Desenvolvimento Sustentável por uma vertente direcionada à organização produtiva, natureza e homem, referências de Ignacy Sachs (2009), que afirma a necessidade de o processo de desenvolvimento ocorrer de forma socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente viável. Por essa perspectiva, o autor apresenta oito dimensões necessárias: (1) social, (2) cultural, (3) ecológico, (4) ambiental, (5) territorial, (6) econômico, (7) político (nacional) e (8) político (internacional), apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Dimensões do Desenvolvimento Sustentável - Sachs

Social	Refere-se a um patamar razoável de homogeneidade social, no qual ocorre uma distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo de forma digna e decente, com igualdade de acesso a recursos e serviços sociais.
Cultural	Refere-se à continuidade intergeracional, com equilíbrio e respeito à tradição e inovação.
Ecológica	Relaciona-se à preservação de bens naturais, com a produção de recursos renováveis e limitação de uso aos não renováveis.
Ambiental	Observa-se respeito e realce à capacidade de integrar os ecossistemas naturais, usufruindo de seus serviços sem degradação.
Territorial	Relaciona-se às estruturas urbanas e rurais balanceadas, melhoria do ambiente urbano, superação das disparidades inter-regionais e estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis.
Econômica	Refere-se à prática, com eficiência e equidade, do desenvolvimento econômico intersetorial, com segurança alimentar, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional.
Política (nacional)	Observa-se um projeto nacional que resulte de um planejamento estratégico, flexível, com a predominância de objetivos qualitativos, em parceria com todos os empreendedores, e um nível razoável de coesão social.
Política (internacional)	Baseia-se na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, pacote Norte-Sul de desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade, controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da diversidade biológica e cultural, gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade, sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter commodity da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.

Fonte: Sachs (2002, p. 85-89).

Assim, diante dessas dimensões, reforça-se, pelo olhar de Sachs (2002), a

multidimensionalidade do Desenvolvimento Sustentável com uma visão mais holística da sociedade, na qual é possível pensar em causa e efeito de seu desenvolvimento, valorizando aspectos sociais, econômicos e ambientais. Ressalta-se que, desde o final do século XX, os principais documentos oficiais que passaram a nortear as políticas públicas concernentes à questão ambiental e econômica estão relacionados aos Relatórios derivados das Conferências das Partes (COP), organizadas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), com ampla participação de Ignacy Sachs.

O Plano de Trabalho do Convênio que orienta a presente pesquisa cita, primeiramente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, definido em 1987, no Relatório de Brundtland: “Desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Esse Relatório foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, que reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem levar em conta a capacidade dos ecossistemas.

2.2 RELATÓRIO DE BRUNDTLANT – NOSSO FUTURO COMUM – 17 OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desde o fim da década de 1990 e no início dos anos 2000, uma série de questões, como a mudança climática, a poluição do ar, das águas e a escassez de recursos naturais, vem provocando alterações no padrão de comportamento social. A sociedade tem buscado alternativas para dar respostas a essas

questões com o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias limpas, mudanças nos meios de transportes, sistemas de alimentos e energia (GELLS 2002; 2004, GELLS e SCHOT, 2007; GELLS, 2010; SMITH *et al.*, 2010; MOWERY; NELSON; MARTIN, 2010; MAHROUM; AL-SALEH, 2013; DEWANGAN; GODSE, 2014; PENNA; GELLS, 2015). Novas tecnologias ou novos modos de governança e mudanças no padrão de comportamento têm sido buscados para aliviar a pressão desses problemas e políticas públicas são direcionadas para incentivar a economia da inovação e do conhecimento, ações fundamentais para se alcançar a sustentabilidade.

Recentemente, a comunidade científica tem tratado essas questões considerando-as como Transição para a Sustentabilidade (*transitions towards sustainability*) ou Transições Tecnológicas para a Sustentabilidade (GELLS, 2010; ULSRUD, 2011; MAHROUM AL-SALEH *et al.* 2013; BOTON, FOXON, 2015; OLSSON, FALLDE, 2015; HALEY, 2015). Pesquisadores observam que mudanças são processos complexos, ininterruptos e de longo prazo, que afetam atores, tecnologias e instituições ao mesmo tempo.

Em que pese a evolução recente das teorias das Transições Tecnológicas (TT's), ressalta-se que os estudos que abordam a relação entre os impactos da atividade econômica sobre o meio ambiente vêm ganhando força desde o último quartel do século passado, sobretudo em função da relevância que a temática ganhou junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Foram feitas diversas articulações em torno do temática que merecem destaque: O Relatório do Clube de Roma, em 1971, que versa sobre os Limites do Crescimento; os documentos derivados da Primeira Conferência para o Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Estocolmo, em 1972; o 3º Relatório do Clube de Roma, em 1976; o

Relatório Willy Brandt, em 1980 e o Relatório Brundtland, em 1987, Nosso Futuro Comum, com a caracterização do desenvolvimento sustentável; a Rio 92, que representou uma inflexão na história da humanidade, com a redefinição do direcionamento do desenvolvimento humano.

No início da década de 1980, indicada pela ONU, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, para estudar as questões referentes ao tema. A comissão foi criada em 1983, com o objetivo de promover audiências em todo o mundo e produzir um resultado formal das discussões. O documento final desses estudos chamou-se Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland.

A esse respeito, Sachs (2008, p.15-16) mostra, a partir dos cinco pilares do desenvolvimento sustentável, a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, ressaltando que a compreensão equivocada desses termos pode ser elemento importante para explicar o aprofundamento de desigualdades, bem como ampliar, numa determinada região, a competitividade espúria, que destrói a força de trabalho e os recursos naturais. Os cinco pilares do Desenvolvimento Sustentável descritas pelo Relatório de Brundtland são:

- Social: Redução de desigualdades sociais;
- Ambiental: “os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e com ‘recipientes’ para a disposição de resíduos” (p.15);
- Territorial: baseado na “distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades” (p.15);
- Econômico: “sendo a viabilidade econômica a condição *sine qua non* para que as coisas aconteçam” (p.15);

- Político: democracia como “valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem” (p.16).

Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, foi acordada a Agenda 21, consolidada em 2000, quando 191 países membros da ONU assumiram um compromisso denominado Declaração do Milênio (Nações Unidas, 2000), resultando na definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Em 2012, na Conferência da ONU, foi lançada no Brasil, a Agenda 2030, que agrega um conjunto de 17 objetivos que se desdobram em 169 metas para conduzir os governos, empresas e sociedades para um **mundo mais sustentável e inclusivo até 2030**. Em setembro de 2015, 193 países acordaram os seguintes objetivos (ODS, BRASIL, 2015):

- Objetivo 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
- Objetivo 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- Objetivo 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- Objetivo 4 – Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- Objetivo 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- Objetivo 6 – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos.
- Objetivo 7 – Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia.
- Objetivo 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

- Objetivo 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- Objetivo 10 – Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- Objetivo 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- Objetivo 12 – Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- Objetivo 13 – Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e os seus impactos.
- Objetivo 14 – Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- Objetivo 15 – Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- Objetivo 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- Objetivo 17 – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Como pode ser visto, são objetivos ousados a serem cumpridos até 2030 em todos os lugares, como preconiza o Documento da ONU. Uma forma de incentivar o alcance dos Objetivos descritos é valorizar o potencial endógeno das diferentes localidades. Nesse sentido, faz-se necessário explorar o conceito de desenvolvimento territorial.

3 SOBRE TERRITÓRIO

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta

e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 2005, p.7)

A discussão sobre território está presente em diferentes áreas do conhecimento científico, desde estudo do comportamento social e individual dos seres humanos em seu *habitat* natural, da qual surgiram as formulações iniciais sobre territorialidade, passando pela História, Ciência Política, Antropologia e Sociologia, até aportar na Geografia, na qual se constitui um dos conceitos básicos. Ao perpassar esses diferentes campos, o conceito assume uma enorme multiplicidade de sentidos, uma vez que cada área sintetiza um enfoque a partir de uma determinada perspectiva (DANTAS; MORAIS, 2008).

A tradição clássica de Território, encontrada em Raffestin (1988), relaciona território a “uma reordenação do espaço na qual a ordem está em busca dos sistemas informacionais dos quais dispõe o homem enquanto pertencente a uma cultura (RAFFESTIN, 1988, p. 272). A produção do Território implica conjugação de energia e informação, no sentido também descritos por Santos *et al.* (2005). Neste contexto, o território,

possui sistemas sêmicos, compostos por símbolos e códigos. Ademais, é um espaço trabalhado, formado por pontos, superfícies e linhas. Possui função ideológica, visto que há tantas representações territoriais, quantos forem os autores que as planejem. É preciso delimitar o território, pois a noção de tessitura exige/implica em limites. A tessitura é sempre um

enquadramento do poder, definindo fronteiras ou limites, poderes e escalas, elementos inter-relacionados na dinâmica territorial. Já o ponto (ou nodosidade) é a expressão de um ego, individual ou coletivo. As nodosidades propiciam o surgimento de relações de poder dos lugares centrais com as demais localidades. No período pré-industrial, as superfícies são os elementos mais importantes dos territórios, em função das dificuldades de comunicação e mobilidade existentes. Já no período industrial, os pontos e as redes se valorizam enquanto invariantes territoriais, visto que os deslocamentos e as comunicações são facilitados. (BOAS, 2015, p.4)

Haesbaert (2003), por sua vez, buscou apresentar uma definição de Território mostrando que caso se observe os trabalhos que vêm utilizando o termo, a polissemia, cuja concepção muitas vezes aparece implícita, é a marca do dominante. Assim, em sua perspectiva das várias noções de Território, o referido autor agrupou suas concepções em três vertentes básicas:

- Jurídico-política: a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado.
- Cultural(ista): prioriza a dimensão simbólico-cultural mais subjetiva, com que o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço.
- Econômica (muitas vezes economicista): bem menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2003, p.4).

Apesar de ter agrupado estas três vertentes básicas, o autor ainda tece considerações sobre uma interpretação mais antiga e pouco veiculada hoje associada à noção de Território que diz respeito à interpretação naturalista, em que se utiliza uma noção com base nas relações

sociedade-natureza, especialmente no que se refere ao controle e usufruto dos recursos naturais; além da versão biológica que associa a territorialidade no sentido genérico de “qualidade de ser território” necessária à formação de espaços dedicados ao mundo dos animais (HAESBAERT, 2003; DANTAS e MORAIS, 2008).

Santos *et al.* (2005) ressaltam que Território não é algo dado, presente de forma imutável na nossa vida. Além disso, “não é uma mera invenção, seja como instrumento de análise dos estudiosos, seja como parte da imaginação geográfica dos indivíduos”, (HAESBAERT, 2003, p.4). Haesbaert (2003) mostra, ainda, que embora por tradição a dimensão privilegiada nos estudos sobre Território seja a dimensão política, a dimensão simbólico-cultural sempre esteve presente.

Esses elementos estão presentes nos autores mais tradicionais que estudam as questões relacionadas ao Território, como Friedrich Ratzel, que, no final do século passado, ressaltou a dimensão simbólico-cultural como um "laço espiritual" ou uma "ligação psicológica" ao solo (que ele várias vezes utiliza como sinônimo de território) é criado

no costume hereditário a co-habitação (que dá nascimento ao sentimento nacional) no trabalho comum e na necessidade de se defender do exterior. Desta co-habitação que liga os membros de um povo ao solo, onde jazem os restos das gerações precedentes (...) surgem os laços religiosos com certos lugares sagrados, laços muito mais sólidos do que o simples costume do trabalho comum (RATZEL, 1988, p. 22).

Por fim, Haesbaert mostrou que Território é

Ao mesmo tempo um recurso ou instrumento de poder e um valor (BONNEMAISON: CAMBREZY. 1996) - valor este que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica, identitário-existencial.

Rompe-se, assim, a divisão entre território político (de adjetivação redundante) e “território de identidade”, como alguns autores propõem, já que se confundem o território enquanto recurso político e enquanto estratégia identitária (HAESBAERT, 2003, p.6).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A abordagem metodológica deste artigo é uma discussão teórica de autores contemporâneos que tratam de Territorialidade, Desenvolvimento e Sustentabilidade para o entendimento de processos que legitimam o novo modelo econômico a partir da cultura da igualdade, da solidariedade e da equidade.

A pesquisa, de abordagem qualitativa (GODOY, 1995), se classifica como bibliográfica, quanto à tipologia, pois analisa, interpreta e discute o tema do estudo com fundamento em seu referencial teórico. Inicialmente se relacionam os autores para a construção das referências, seguido da técnica de análise de conteúdo, identificando informações a respeito dos temas selecionados. Em seguida, trazemos nossas descobertas para a construção de um Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT) para o DRS.

5 EM BUSCA DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (MDT)

No âmbito do projeto de pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) – Arranjo 3, o conceito de Território é concebido no sentido de que pode ser “um morro, um bairro, uma cidade, um país ou uma microrregião do estado que visa ao mesmo tempo o desenvolvimento com justiça social, com a preservação ambiental e a prevenção de crises” (LA ROCQUE, 2020), sendo associado ao conceito de solo, coabitação privilegiando os laços culturais, simbólicos e identitários.

O modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT) foi discutido a partir de dois pilares: i) a composição de um conselho de atores envolvidos e comprometidos com o desenvolvimento do território; e ii) Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável.

5.1 Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável

Uma das demandas da microrregião Centro-Oeste manifestada no Plano de Governo ES 2030 é a criação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Em 2011, foi sancionada a Lei nº 9.768/2011 que estabelece que o estado do Espírito Santo seja dividido administrativamente em 10 microrregiões. O artigo 7º da referida Lei estabelece a criação dos Conselhos de Planejamento e Articulação Regional (CPAR), como organismos consultivos e de participação social, tendo como base territorial as microrregiões criadas. O artigo 8º, em seguida, estabelece que tais Conselhos sejam regulamentados por Decreto de iniciativa do Poder Executivo.

Em 2019, a Secretaria de Desenvolvimento do Espírito Santo (SEDES), coordenando a política de desenvolvimento estadual em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti), a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP) e o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), criou os 09 Conselhos de Planejamento e Articulação Regional (CPAR), que viriam a ser denominados Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS). Os 09 Conselhos se referem às representações das microrregiões do interior do estado, uma vez que o Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória (COMDEVIT) já havia sido criado e regulamentado em 2005.

Os CDRSs são órgãos colegiados de natureza consultiva e de participação social, que, conforme Artigo 2 do Decreto de Regulamentação nº 4.701R, de 30 de julho de 2020, possuem as seguintes finalidades:

I - identificar as demandas de interesse das microrregiões do Estado do Espírito Santo às quais estão vinculados; II - recomendar programas, projetos e ações prioritárias nos diversos níveis de governo, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento sustentável das microrregiões; III - sugerir medidas para aperfeiçoar a distribuição regional e setorial da aplicação dos recursos públicos nas microrregiões que tenham impacto sobre o desenvolvimento regional sustentável; IV - propor a criação de mecanismos de articulação entre os programas, projetos e os recursos públicos que tenham impacto sobre o desenvolvimento regional sustentável das microrregiões; V - contribuir com o monitoramento dos programas e projeto de interesse regional; VI - articular e estimular as lideranças políticas e sociais das microrregiões na construção e no acompanhamento de projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento regionalmente equilibrado e sustentável; e VII - articular ações que promovam a estruturação de projetos e empreendimentos privados e do terceiro setor que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável (ESPÍRITO SANTO, Decreto Nº 4701-R, de 30 de julho de 2020).

Nesse sentido, a pesquisa que subsidia o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável deve ser feita com estrita observância do CDRS Centro-Oeste, uma vez que possui como atribuição a identificação das demandas e a recomendação de programas, projetos e ações.

5.2 Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para as Microrregiões

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável é composto por dois produtos: um Diagnóstico e um Plano de ação. Com base no Diagnóstico, será construído o Plano de Ação para a microrregião contendo programas, metas e responsáveis. O Diagnóstico foi feito considerando 05 eixos: Econômico, Social, Território/Infraestrutura, Ambiental e Gestão Pública.

Como descrito no Plano de Trabalho do Convênio, o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável terá como diretrizes básicas: transparência e participação social; solidariedade regional e cooperação estadual; planejamento integrado e transversalidade da política pública; atuação multiescalar no território estadual; desenvolvimento sustentável; reconhecimento e valorização da diversidade ambiental, social, cultural e econômica das regiões; competitividade e equidade no desenvolvimento produtivo; e sustentabilidade dos processos produtivos (PLANO DE TRABALHO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 01/2020)

Em todas as fases da pesquisa, a atuação do CDRS é crucial. Ele deverá estar fortalecido para que suas recomendações representem os desejos da microrregião e, assim, juntamente com a sociedade civil organizada, pactuar de metas no território. Estas metas de desenvolvimento deverão ser holísticas no sentido de representarem as reais aspirações de desenvolvimento da região e não apenas de um município, ou localidade específica. Por fim, deverá ser construída uma matriz de responsabilidades que permita especificar para cada programa, projeto, ação e meta o seu responsável e prazo de execução. Esta etapa é crucial para que se possa alcançar e monitorar as metas.

6 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Para que o MDT alcance êxito, também pelo menos 03 condições foram i)

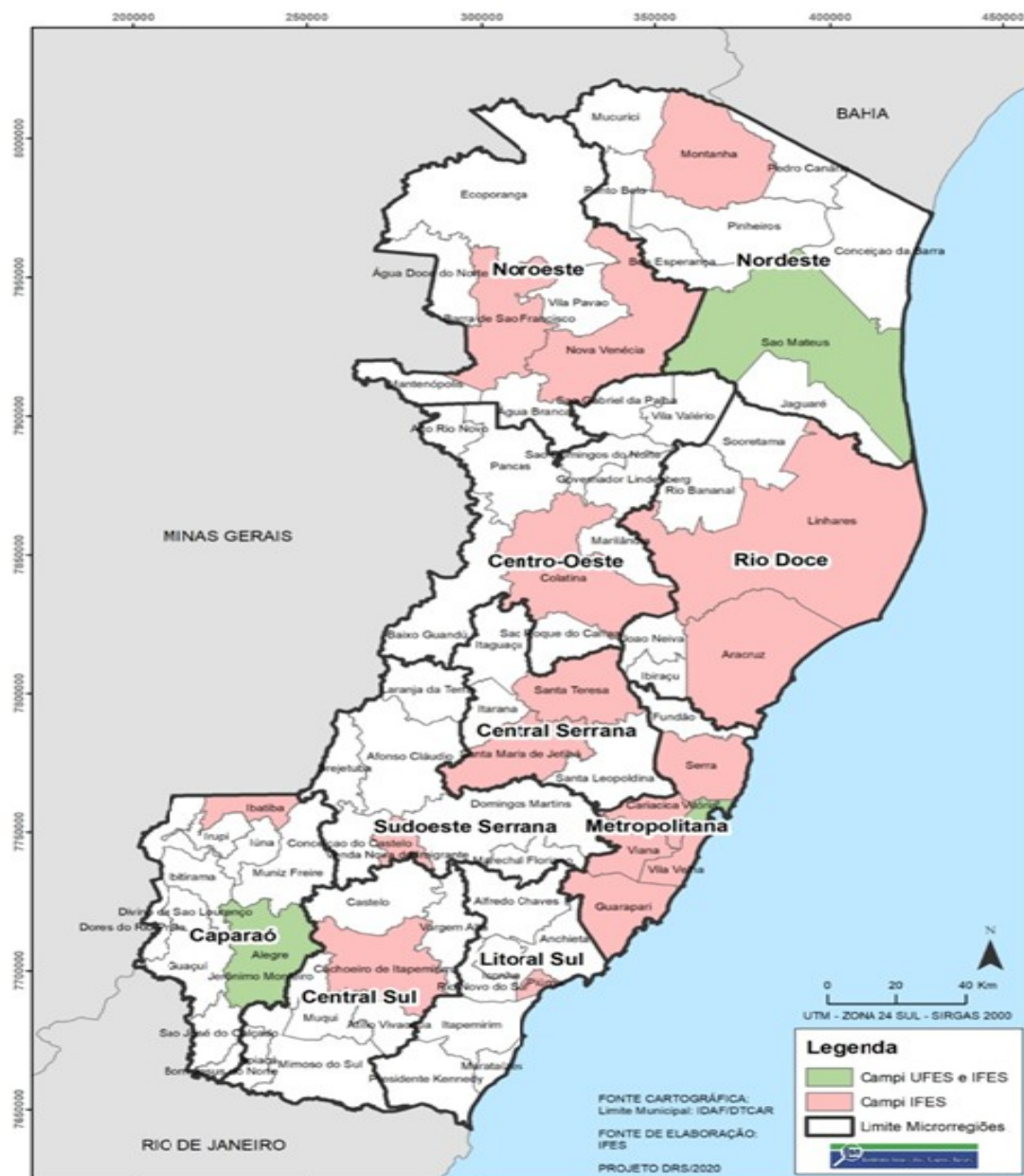
representatividade dos atores; ii) informação qualificada e iii) empoderamento dos CDRSs.

A representatividade dos atores está intimamente relacionada ao próprio conceito de Território no sentido de representação simbólica de pertencimento e comprometimento com o seu desenvolvimento. A Regulamentação do Conselho na forma do Decreto nº 4.701 – R é condição necessária, mas não suficiente para garantir a participação social. Os atores locais deverão se representar e se sentirem representados no MDT. É preciso uma representação que agregue atores das instituições de ensino e pesquisa que compreendam a realidade do Território, movimentos sociais e sobretudo, atores do Governo Estadual que se identifiquem com as localidades. Todos

precisam ter clareza dos objetivos e princípios básicos sobre o desenvolvimento consensuados.

Ademais, este Modelo depende de informação qualificada de forma perene. É preciso que os atores tenham à disposição informações confiáveis sobre o Território e sobre as variáveis externas que a ele afetam. Destaca-se nos termos de Santos (2005, p.7), que o entendimento do Território “é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”. Isso ressalta a importância de instituições de pesquisa, como o Ifes e a Ufes, especialmente o Ifes por possuir *campi* em praticamente todas as microrregiões do estado, conforme mostra a Figura 1.

Figura 1: Campi do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) no Espírito Santo



Fonte: DRS - Ifes, Arranjo 3 (2020).

Em uma economia baseada em conhecimento, as instituições ensino e pesquisa têm papel de destaque. Ciência, tecnologia e inovação devem orientar e pavimentar a conexão com o futuro. Assim, “todos os países que aspiram à elevação de seu *status* se esforçam para não perder as oportunidades abertas pelas tecnologias” (ARBIX, 2018, p. 111).

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável deve ter ciência, tecnologia e inovação como elementos centrais para a construção de um Espírito Santo menos desigual, mais civilizado,

eticamente consciente e sustentado por uma economia dinâmica, de baixo carbono e orientada para a sustentabilidade. Nesse sentido, as instituições de ensino e pesquisa públicas e privadas são fundamentais.

No caso da microrregião centro-oeste, o Ifes se destaca. Possui dois campi (Colatina e Itapina) capazes de contribuir para inserir a microrregião na vanguarda tecnológica. Seus pesquisadores deverão contribuir no CDRS com informação qualificada, propondo projetos e contribuindo no monitorando o Plano. O

Instituto Federal do Espírito Santo precisa exercer um protagonismo nas discussões das políticas de desenvolvimento regional. Para tanto, o Ifes possui assento em todos os CDRS's.

Soma-se ao Ifes e à Ufes na pesquisa, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Este Instituto está presente nos 78 municípios capixabas e muito contribui para as pesquisas na área agrícola. Considerando que na microrregião centro-oeste em todos os 10 municípios a agricultura possui importância para a atividade econômica, essa instituição precisa ser fortalecida e exercer protagonismo na estratégia de desenvolvimento regional.

No Espírito Santo, outra instituição de destaque na elaboração de estudos é o Instituto Jones dos Santos Neves que no Artigo 6º do Decreto de Regulamentação dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável (CDRS's), tem as seguintes atribuições:

- I - contribuir com conhecimento técnico e disponibilizar as bases de informações e os bancos de dados geográficos necessários ao desenvolvimento das atividades pactuadas no âmbito dos Conselhos;
- II - contribuir na elaboração de diagnóstico local e regional, com vistas a subsidiar a formulação de programas e projetos voltados para o planejamento e o desenvolvimento regional; e
- III - contribuir na formulação de diretrizes e prioridades orientadoras para a construção do plano de desenvolvimento regional sustentável (ESPIRITO SANTO, Decreto Nº 4701-R, de 30 de Julho de 2020).

Para melhor cumprimento das atribuições dos CDRSs, os Conselhos também instituirão Câmaras Temáticas, compostas por membros dos referidos Conselhos, "responsáveis por estudos de aprofundamento de entendimentos referente a assuntos relevantes para microrregião" (ESPIRITO SANTO,

Decreto Nº 4701-R, de 30 de Julho de 2020).

Por fim, havendo representatividade dos atores locais e informação qualificada que permitam a pactuação de metas com uma matriz de responsabilidades bem clara, é preciso que as metas sejam alcançadas. Nesse sentido, faz-se necessário recursos financeiros. A dimensão econômica do desenvolvimento sustentável, a condição necessária para as coisas acontecerem, nos termos de Sachs (2008), deve ser atendida. Com a execução de programas e projetos realizadas no território que representem as aspirações sociais contidas nas recomendações dos CDRSs, estes Conselhos serão empoderados. Quanto mais os CDRSs tiverem sucesso nas suas estratégias endógenas de desenvolvimento, mais forte será o seu poder de mobilização de recursos e de inclusão das suas microrregiões nas economias estadual, nacional e global, em termos mais favoráveis.

Nesse sentido, a presença forte dos gestores municipais, a atuação do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), do Banco do Nordeste e a mobilização de um Fundo de Desenvolvimento Regional são fundamentais para o êxito do MDT, tendo em vista que atualmente os recursos públicos e privados se concentram nas esferas municipal, estadual ou federal, sem uma clara articulação regional.

7 CONCLUSÕES

Em todo mundo são observados esforços conjuntos de governos, universidades, empresas e sociedade para o desenvolvimento de ações que promovam a melhoria da qualidade de vida no planeta. Este artigo mostrou que, sob liderança da ONU, desde o último quartel do século passado, uma série de iniciativas foi feita com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável para todos,

com destaque para os trabalhos de Brundtland em 1987, a Agenda 21 em 1992, e, mais recentemente, a Agenda 2030 com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Assim, o propósito deste trabalho é debater as questões conceituais concernentes aos temas Desenvolvimento, Sustentabilidade e Território na perspectiva do Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)- Arranjo 3 – Microrregiões Rio Doce e Centro-Oeste-, proposto pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Instituto Jones dos Santos Neves, em parceria com o Ifes e com a Ufes. A partir disso, foram elencados os elementos essenciais na composição do Modelo de Desenvolvimento Territorial que nortearam o Projeto.

Inicialmente, mostrou-se que existe hoje uma convergência em diversos autores em retomarem o pano de fundo que envolvem as questões do desenvolvimento que evidenciem a interligação entre a economia e a ética (SACHS, 2008, 2009; SEN 1990, 1992, 2010; BANERJJE; DUFLO, 2011). Estudos que envolvem a motivação humana e a avaliação das conquistas sociais estão no pilar das questões concernentes ao desenvolvimento. Pesquisadores estão empenhados em mostrar que crescimento acelerado não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, não reduz as desigualdades, não enfrenta a redução da pobreza e da degradação dos recursos naturais. Nesse sentido, como defendido por Stiglitz, “como o PIB não inclui o esgotamento de recursos e a degradação ambiental, nós enxergamos um cenário excessivamente otimista” (STIGLITZ, 2019).

Assim, desenhar e executar políticas que efetivamente levem à prosperidade e à melhoria nas condições de vida das pessoas despertam o interesse de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento. Os estudos liderados no

âmbito das Organizações das Nações Unidas colocam a sustentabilidade em papel de destaque, assim como a valorização do potencial endógeno das diferentes localidades.

O Espírito Santo precisa ser contemporâneo desse debate e dessas ações. O estado ainda possui desafios para que as principais demandas da sociedade estejam compatíveis com as demandas típicas do século XXI.

Na Microrregião Centro-Oeste, será mostrado ao longo dos demais artigos, as lacunas ainda hoje existentes em municípios com Alto Rio Novo com expressivos bolsões de pobreza. Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares é o Objetivo nº 1 do desenvolvimento Sustentável expresso no item 3.2 deste artigo.

A partir dos conceitos estudados, apresentou-se uma proposta de Modelo de Desenvolvimento Territorial (MDT) que foi construído para o Projeto “Desenvolvimento Regional Sustentável” apresentado nos documentos do Arranjo 3 – Rio Doce e Centro-Oeste.

O MDT possui dois pilares: 1) o Conselho de Desenvolvimento Regional Sustentável; 2) Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável. Mostrou-se as condições para que o Modelo tenha êxito. Entre elas, o destaque para uma governança local comprometida com o reconhecimento das potencialidades da localidade, valorizar nos termos de Sachs (2008) “o que é nuestro”. As prefeituras, o setor produtivo e as organizações da sociedade civil precisam estar alinhadas em suas ações para o desenvolvimento local.

Ademais, o Modelo pressupõe o papel central das instituições de ensino e pesquisa. Numa economia baseada em conhecimento, essas instituições têm papel de destaque. Nesse contexto, no caso da Microrregião Centro-Oeste os dois campi do Ifes precisam compreender e

desempenhar seu papel no desenvolvimento regional, contribuindo para além da formação de recursos humanos em consonância com as demandas deste século, como protagonistas nas pesquisas que levarão a microrregião à fronteira do conhecimento, como também fornecendo base científicas que devem orientar o desenho de programas projetos para o futuro da Microrregião.

Nesse sentido, concluiu-se argumentando que MDT possui condições de êxito no sentido que se propõe que é levar a Microrregião e o Espírito Santo em saltos qualitativos no desenvolvimento, desde que haja uma pactuação dos gestores locais, do setor produtivo, das instituições de ensino e da sociedade civil.

AGRADECIMENTOS

À FAPES, pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARBIX, Glauco. Ciência e tecnologia. In: **Brasil: O futuro que queremos**. Org. Jaime Pinsky. São Paulo: Contexto, 2018.

BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. **Poor Economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty**. PublicAffairs, 2011.

BOAS, Lucas G. Vilas. Resenha de livro – Por uma Geografia do Poder. **GeoPUC**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 1116-122, jan.-jun. 2015.

BOLTON, R.; FOXON, T.J. Infrastructure transformation as a socio-technical process —Implications for the governance of energy distribution networks in the UK. **Technological Forecasting & Social Change**, v.90, p.538–550, 2015.

BRASIL. Decreto nº 9.810 de 30 de maio de 2019. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2

019-2022/2019/decreto/D9810.htm. Acesso: jul. 2020.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento econômico com mudança estrutural. In: **Complexidade econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**: GALA, 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

BRUNDTLAND, Gro Harlem — “**Our Common Future** – The World Commission on Environment and Development” – Oxford University, Oxford University Press, 1987.

DANTAS, Eugênia Maria; Ione Rodrigues Diniz, MORAIS. Território e territorialidade: abordagens conceituais. **UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da UEPB - Universidade Estadual da Paraíba** (2008). Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/organizacao_do_espaco/Org_Esp_A07_I_WEB_SF_SI_050805.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

DEWANGAN, V.; GODSE, M. Towards a holistic enterprise innovation performance measurement system. **Technovation**, v.34, n.9, p.536-545, 2014.

ESPÍRITO SANTO. Regulamenta a constituição dos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável - CDRSs, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 9.768, de 26 de dezembro de 2011, e dá outras providências. **Decreto Nº 4701-R**, de 30 de julho de 2020.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GEELS, F.W. Technological transitions as evolutionary reconfiguration processes: a multi-level perspective and a case-study. **Research Policy**, v.31, n.8/9, p.1257–1274, 2002.

GELLS, F.W. From sectoral systems of innovation to socio-technical systems: insights about dynamics and change from sociology and institutional theory. **Research Policy**, v.33, n.6/7, p.897–920, 2004.

GEELS, F.W.; Schot, J.W. Typology of sociotechnical transition pathways. **Research Policy**, v.36, n.3, p.399–417, 2007.

GEELS, F.W. Ontologies, socio-technical transitions (to sustainability), and the multi-level perspective. **Research Policy**, v.39, p.495-510, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.166-205

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (Org). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas/Porto Alegre: Editora ULBRA/Editora UFRGS, 2008.

HALEY, B. Low-carbon innovation from a hydroelectric base: The case of electric vehicles in Québec. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v.14, p.5-25, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.

Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 15 fev. 2020.

JONAS, Hans. **O Princípio da Responsabilidade**: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

LA ROCQUE, Eduarda. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Território**. Disponível em https://cariacica.ifes.edu.br/images/stories/Projetos_de_Pesquisa/DRS/apresenta%C3%A7%C3%A3o_eduarda.pdf. Acesso em: 08 set de 2020.

MAHROUM, S.; SALEH-AL, Y. Towards a functional framework for measuring national innovation efficacy. **Technovation**, v.33, p.320-332, 2013.

MOWERY, D.; NELSON, R. R.; MARTIN, B. R. Technology policy and global warming: why new policy models are needed. **Research Policy**, v.39, n.8, p.1011-1023, 2010.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015)**. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em 05 mai. 2021.

OLSSON, L.; FALLDE, M.. Waste(d) potential: a socio-technical analysis of biogas production and use in Sweden. **Journal of Cleaner Production**. v.98, p.107-115, 2015.

PLANO DE TRABALHO DO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 001/2020. Disponível em: <https://contratos.ufes.br/sites/contratoseconvenios.ufes.br/files/field/anexo/convenio10062020.pdf>. Acesso em 20 nov. 2020.

PENNA, C.R.; GELLS, F.W. Climate change and the slow reorientation of the

American car industry (1979–2012): An application and extension of the Dialectic Issue Life Cycle (DILC) model. **Research Policy**, v.44. p.1029–1048, 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1988.

RODRIGUES, W; SANTOS, N.S. Karl Polanyi e o desenvolvimento econômico: um novo olhar sobre o regional/local? **Revista de Desenvolvimento Econômico** – RDE Salvador, BA - Ano XIX – V. 1 - N. 36. – P. 168 – 190, 2017.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002,

SACHS, I. (2008). **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond (152 p.).

SACHS, Ignacy. **A Terceira Margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS ET AL. Territorio y movimientos sociales. **OSAL 251**. AÑOVI, N°16, ENERO-ABRIL2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

SEN, Amartya. Gender and Cooperative Conflicts. In: **Tinker I Persistent Inequalities**. New York: Oxford University Press; 1990.

SEN, Amartya. Comportamento econômico e sentimentos morais. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, p. 103-130, 1992.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Roberto Pereira. A trajetória de um clássico: Formação econômica do Brasil de Celso Furtado. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 2 (42), p. 443-448, ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n2/a09v20n2.pdf>. Acesso em: 16 set de 2020.

SMITH, A. et. al. Innovation studies and sustainability transitions: The allure of the multi-level perspective and its challenges. **Research Policy**. v.39, p.435–448, 2010.

STIGLITZ, Joseph (2019). Pib é ilusão perversa. Disponível em: <https://outraspalavras.net/mercadovsdemocracia/pib-e-ilusao-perversa-diz-nobel-de-economia/>. Acesso em julho de 2020.

TAVARES, M. C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 9a. edição, 1972.

ULSRUD, K. The Solar Transitions research on solar mini-grids in India: Learning from local cases of innovative socio-technical systems. **Energy for Sustainable Development**, v.15, p.293-303, 2011.